

**CONTRATO Nº 026/2023**

**Chamamento Público nº 007/2022**

**Processo Administrativo nº 4.718/2022**

**CONTRATANTE: Secretaria Municipal da Saúde**

**CONTRATADA: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SERRINHA**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA**, Através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** com sede Praça Luiz Nogueira, nº 311 - Centro – Serrinha – Bahia, inscrita no CNPJ sob nº. 10.984.916/0001-87, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Adriano Silva Lima, inscrita no CPF sob o n.º 912.972.575-53, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, doravante denominado **CONTRATANTE**, do outro a empresa **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SERRINHA**, inscrita no CNPJ nº 16.096.554/0001-74, com sede na Rua Graciliano de Freitas, nº 340, Serrinha, BA, CEP: 48.700-000, representado pelo senhor **RAIMUNDO MOREIRA REIS JUNIOR**, inscrito no CPF nº 434.530.665-53, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe a Lei Orgânica do Município, Lei nº. 8.080/90, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais legislações pertinentes, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente instrumento, que se regerá pelas normas gerais das demais legislações aplicáveis mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente tem por objeto a credenciamento de unidades jurídicas na área de saúde para realizar procedimentos nas especialidades de cirurgia geral, obstétrica clínica e cirúrgica, consultas medicas em atenção especializada, internação hospitalar nas áreas de clínica médica, pediátrica, obstétrica e cirúrgica e alguns exames para apoio diagnostico terapêutico – SADT, para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS residentes em Serrinha e municípios pactuados, conforme a PPI vigente, para o exercício das funções previstas no Termo de Referência do Edital do Chamamento Público nº 007/2022.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

- 3.1. A CONTRATADA declara que aceita prestar os serviços objeto deste Contrato, nos termos do presente instrumento, sujeito a eventuais alterações que venham a ser introduzidas, que se presumirão conhecidas pela CONTRATADA quando publicadas no Diário Oficial do Município ou comunicadas mediante correspondência expedida sob registro postal ou protocolo.
- 3.2. Os serviços deverão ser prestados, necessariamente, na unidade hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde de Serrinha/BA, de acordo com Anexo I do Termo de Referência.
- 3.3. Os sócios, dirigentes e empregados das pessoas jurídicas não terão quaisquer vínculos com o município de Serrinha, estatutário ou não, direto ou indireto, tampouco poderão ocupar cargo ou função de chefia ou assessoramento, em qualquer nível.
- 3.4. A CONTRATADA declara ter disponibilidade para prestar os atendimentos, conforme as normas fixadas pela CONTRATANTE, e segundo as normas do Ministério da Saúde, inclusive obedecendo às disposições éticas e técnicas dos respectivos Conselhos Regionais de Medicina.

- 3.5. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais e trabalhistas resultantes da execução do contrato.
- 3.6. A CONTRATADA e seus profissionais são responsáveis pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes da execução do contrato.
- 3.7. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, devendo ser os serviços executados exclusivamente pelo titular ou sócio(s) da CONTRATADA e/ou seus empregados (CLT).
- 3.8. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, mediante aceite expresso das partes.
- 3.9. O inadimplemento do contrato implicará em sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e no respectivo contrato, assegurado o direito à ampla defesa.
- 3.10. A CONTRATADA deverá manter durante todo o vínculo contratual as mesmas condições de habilitação constantes no instrumento editalício.
- 3.11. A CONTRATADA declara conhecer e aceitar os critérios estabelecidos pela CONTRATANTE, insertos no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE**

- 4.1. A CONTRATADA deverá ofertar serviços médicos no âmbito da unidade hospitalar mediante a realização de sessões de hemodiálise aguda no município do Serrinha, na forma à saber:
- 4.2. A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE até o 15º dia do mês que antecede a execução dos serviços, lista atualizada dos atendimentos realizados.
- 4.3. Os trabalhos serão realizados 24 horas, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados;
- 4.4. A execução dos serviços atenderá os critérios objetivos e impessoais, oportunizando a CONTRATADA e demais pessoas jurídicas de direito privado credenciadas pela CONTRATANTE igualdade de condições.
- 4.5. A CONTRATADA deverá ter cuidado com a pontualidade na prestação dos serviços aos usuários para evitar desgastes dos mesmos, sob pena de descontos no pagamento e aplicação de sanção.
- 4.6. A prestação de serviços pelos médicos da CONTRATADA deverá respeitar a legislação vigente no âmbito municipal, estadual e federal, as determinações dos Regimentos e/ou similares, cumprimento dos protocolos estabelecidos pelo município para todos os tipos de agravos e/ou condições de saúde e dos fluxos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Serrinha.
- 4.7. Para fins de comprovação da realização do serviço, utilizar-se-á os registros em prontuários e registro de frequência, confirmando o atendimento realizado pelo profissional executante.
- 4.8. A CONTRATADA deverá prestar atendimento aos usuários do serviço de saúde pautando-se nas diretrizes da Política Nacional de Humanização, extinguindo qualquer tipo de discriminação ou cobrança pelos serviços diretamente prestados ao usuário, bem como não deverá realizar a indicação/encaminhamentos para serviços privados, através de ofertas ou similares, que obriguem o desembolso financeiro do usuário.
- 4.9. A CONTRATADA responderá exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto do contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria Municipal de Saúde.
- 4.10. A CONTRATADA deverá cumprir com todas as obrigações contratuais e com as condições de habilitação, durante a execução do contrato.

- 4.11. A CONTRATADA deverá contribuir para manutenção dos registros atualizados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.
- 4.12. A CONTRATADA deverá prestar o serviço contratado a partir do momento da assinatura do contrato.
- 4.13. Não poderá haver qualquer obstáculo ou impedimento às vistorias e avaliações técnicas dos serviços prestados pela CONTRATADA que serão realizadas pelas áreas técnicas da Secretaria Municipal de Saúde, ora CONTRATANTE.
- 4.14. A CONTRATADA ficará sujeita à auditoria da Secretaria Municipal de Saúde durante a vigência do contrato.
- 4.15. A CONTRATADA deverá comunicar à Secretaria Municipal de Saúde toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- 4.16. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar a Secretaria Municipal de Saúde ou terceiros, tendo como agente ao prestador contratado, na pessoa de prepostos ou estranhos.
- 4.17. A CONTRATADA deverá apresentar sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 5.1. Implementar o processo de credenciamento, coordenando e supervisionando todas as etapas, e, quando necessário, prestando esclarecimentos.
- 5.2. Aferir a evolução contínua de qualidade dos serviços prestados, com base no índice de satisfação do usuário, medido através de instrumentos de pesquisa junto aos usuários, considerando parâmetros estatísticos e probabilísticos.
- 5.3. Gerenciar, orientar e monitorar o credenciamento e a rede de prestadores de serviços.
- 5.4. Assegurar que os princípios da igualdade, legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência sejam basilares das ações, normas e protocolos dos serviços.
- 5.5. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e cláusulas do CONTRATO, aplicando as penalidades previstas quando for o caso.
- 5.6. Efetuar o pagamento dos serviços prestados na forma e condições ajustadas, com os descontos e recolhimentos previstos em Lei;
- 5.7. Estabelecer padrões técnicos de qualidade a serem adotados pela rede prestadora, avaliando o seu cumprimento.
- 5.8. Proceder à verificação de possíveis denúncias de irregularidades referentes à prestação de serviços, as quais devem ser devidamente formalizadas.
- 5.9. Prestar informações e esclarecimentos acerca dos procedimentos relativos ao credenciamento.
- 5.10. Assegurar o cumprimento das metas gerais e específicas, tanto quantitativas quanto qualitativas, descritas no regulamento e no Plano Operativo Anual (POA).
- 5.11. Fiscalizar o serviço credenciado por intermédio de técnicos de seu quadro e executar mediante comunicado prévio, as fiscalizações que serão feitas no local da realização do tratamento;
- 5.12. Proceder à avaliação de desempenho das Unidades credenciadas na prestação dos serviços de saúde, classificando-as conforme escore definido no Plano Operativo Anual (POA).
- 5.13. Encaminhar os pacientes através da Central Municipal de Regulação, mediante disponibilização da agenda prévia.
- 5.14. Estabelecer metas e indicadores de qualidade para todas as atividades de saúde decorrentes do

Contrato ou Convenio;

- 5.15. Autorizar os laudos para emissão de Autorização de Internação Hospitalar (AIH), conforme cronograma de procedimentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de saúde;
- 5.16. Processar no Sistema de Informação Hospitalar Decentralizada (SIHD2) a produção concernente às internações e no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) a produção relativa aos procedimentos ambulatoriais, ou em outro sistema de informação que venha a ser implementado no âmbito do SUS em substituição ou complementar a estes;
- 5.17. Analisar as justificativas de recusa de internação ou realização de procedimentos por partes das unidades prestadora de serviço;
- 5.18. Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos hospitalares, com o respectivo desconto na produção apresentada;
- 5.19. Realizar de forma permanente ações e atividades de acompanhamento, apoio e avaliação da assistência prestada;
- 5.20. Realizar a qualquer tempo, auditorias pelo Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias, utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes.
- 5.21. Faturas e demais documentos referentes aos serviços efetivamente prestados.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 6.1. Observar os seguintes princípios na prestação dos serviços, objeto desta Instrução:
- 6.2. Garantia da integridade física dos pacientes durante o procedimento, protegendo-os de situações de risco;
- 6.3. Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- 6.4. Atendimento de qualidade;
- 6.5. Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- 6.6. Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- 6.7. Garantia do cumprimento das metas de qualidade gerais e específicas desde a admissão até o acompanhamento a alta do paciente;
- 6.8. Garantia da confidencialidade dos dados e informações dos pacientes, observando as questões de sigilo profissional;
- 6.9. Executar os serviços de acordo com as especificações exigidas, utilizando equipamentos e materiais apropriados, cumprindo, dentro dos prazos estabelecidos todas as obrigações assumidas, obedecendo rigorosamente às normas técnicas;
- 6.10. Disponibilizar todo o material de consumo necessário à realização dos serviços;
- 6.11. Comunicar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;
- 6.12. Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados;
- 6.13. Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal relativas à prestação dos seus serviços;
- 6.14. Observar e respeitar a Legislação Ambiental;
- 6.15. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;
- 6.16. Honrar os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e outras obrigações previstas em Lei, ficando registrado que o pessoal empregado pela credenciada não terá nenhum vínculo jurídico com o





município;

- 6.17. Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo material causado ao município e/ou a terceiros, inclusive por seus empregados;
- 6.18. Encarregar-se exclusivamente pelo pagamento de todos os impostos, taxas e emolumentos sobre eles incidentes, prêmios de seguro de responsabilidade civil, indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços e fornecimentos contratados, além de quaisquer outras despesas incidentes, devendo apresentar, sempre que solicitado, a comprovação dos recolhimentos respectivos;
- 6.19. Acatar apenas as solicitações de serviços emitidas por servidores formalmente autorizados pelo município;
- 6.20. Apresentar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para efeito de pagamento, as autorizações sem qualquer rasura e que estejam preenchidas com informações mínimas, a saber: descrição do serviço, quantidade, data e nome do responsável pela autorização com o respectivo setor de trabalho;
- 6.21. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento;
- 6.22. Utilizar os recursos tecnológicos e equipamentos adequados, de maneira adequada;
- 6.23. Observar a vedação de cobrança de valor diretamente aos usuários ou responsáveis destes, seja qualquer sobretaxa em relação à tabela de remuneração adotada para a prestação dos serviços e insumos de saúde;
- 6.24. Obedecer aos protocolos clínicos recomendados de regulação adotados pela Central Municipal de Regulação;
- 6.25. Dispor de equipe médica completa, inclusive anestesista, e equipe de enfermagem para realização de procedimentos cirúrgicos eletivos em pacientes adultos e pediátricos oriundos do SUS;
- 6.26. Responsabilizar-se pela indenização de danos causados ao paciente, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticado por seus empregados, ficando assegurado o direito de regresso;
- 6.27. Atender de forma humanizada os pacientes internados e orientar seus familiares durante todo o período de internamento;
- 6.28. Atender apenas os pacientes oriundos da Central Municipal de Regulação;
- 6.29. Apresentar, quando solicitado, a comprovação de regularidade fiscal;
- 6.30. Apresentar Autorização de Internamento Hospitalar (AIH), à Coordenação de Processamento (SESAU/SERRINHA/PROCESSAMENTO), até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, com as informações referentes às atividades assistenciais realizadas, na forma de AIH em meio magnético, em conformidade com os parâmetros do Ministério da Saúde;
- 6.31. Cumprir o estabelecido na Resolução RDC nº 50/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que dispõe sobre o regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, ou outros dispositivos legais que venham substituí-la ou complementá-la;
- 6.32. Garantir de 100% da realização dos procedimentos cirúrgicos que forem credenciados;
- 6.33. Disponibilizar agenda com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência para Central municipal de Regulação;
- 6.34. Dispor de Centro Cirúrgico organizado com dependências para sala cirúrgica e sala de indução/recuperação pós-anestésica, com qualidade de leitos, instrumental, equipamentos e material de acordo com o número de compartimentos e com a complexidade dos procedimentos cirúrgicos nele



realizados;

- 6.35. Cumprir o estabelecido na Resolução RDC nº 307/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos de análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, altera o Regulamento Técnico aprovado pela RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, ou outros dispositivos legais que venham substituí-la ou complementá-la;
- 6.36. Cumprir o estabelecido na Resolução RDC nº 051/2011 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos de análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, altera o Regulamento Técnico aprovado pela RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, ou outros dispositivos legais que venham substituí-la ou complementá-la;
- 6.37. Observar o disposto na Resolução CFM nº 1.634, de 11 de abril de 2002, que dispõe sobre convênio de reconhecimento de especialidades médicas firmado entre o Conselho Federal de Medicina CFM, a Associação Médica Brasileira – AMB e a Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM;
- 6.38. Observar o disposto na Resolução CFM nº 1.666, de 07 de Maio de 2003, que dispõe sobre a nova redação do Anexo II da Resolução CFM nº 1.634/2002, que celebra o convênio de reconhecimento de especialidades médicas firmado entre o Conselho Federal de Medicina CFM, a Associação Médica Brasileira – AMB e a Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM;
- 6.39. Observar o disposto na Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.
- 6.40. Cumprir o estabelecido na legislação sanitária vigente, considerando a Resolução RDC nº 306, de 07 de Dezembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
- 6.41. Observar o disposto na Resolução ANVISA nº 2.605, de 11 de agosto de 2006, que estabelece a lista de produtos médicos enquadrados como de uso único proibidos de ser reprocessados.
- 6.42. Cumprir o estabelecido na Portaria GM/MS nº 2.616, de 12 de Maio de 1998, que institui diretrizes e normas para a prevenção e o controle das infecções hospitalares;
- 6.43. Cumprir, no que couber, o disposto na Resolução CFM nº 1.886, de 13 de novembro de 2008, que dispõe sobre as condições Normas Mínimas para o Funcionamento de consultórios médicos e dos complexos cirúrgicos para procedimentos com internação de curta permanência”;
- 6.44. Cumprir o estabelecido na Resolução CFM nº 1.802, de 04 de outubro de 2006, que dispõe sobre a prática do ato anestésico;
- 6.45. Observar o disposto na Resolução COFEN nº 214, de 10 de novembro de 1998, que dispõe sobre a Instrumentação Cirúrgica;
- 6.46. Cumprir o estabelecido no Regulamento constante do Edital de Credenciamento nº 006/2022;
- 6.47. Garantir as condições técnicas e operacionais para a manutenção das licenças e alvarás nas repartições competentes, necessárias à execução dos serviços objeto do presente Contrato, bem como atualização do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde – SCNES;
- 6.48. Encaminhar a produção concernente às internações no SIH e os procedimentos ambulatoriais no SIA ou em outros sistemas que venha a ser implementado no âmbito do SUS em substituição ou complementar a estes conforme cronograma da Secretaria Municipal de Saúde;
- 6.49. Apresentar as renovações dos contratos vigentes de terceirização de serviço, quando existente;
- 6.50. Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e os arquivos médico, pelo prazo mínimo

- de 20 anos, ressalvo os prazos previsto em lei;
- 6.51. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, sem autorização da Comissão de Ética em pesquisa, devidamente registrada;
  - 6.52. Garantir regulamente roupas de cama e banho limpas para todos os pacientes;
  - 6.53. Justificar por escrito a Secretaria Municipal de Saúde, ao paciente ou seu representante as razões técnicas alegadas quando a decisão da não realização de internação hospitalar, ou realização de procedimentos;
  - 6.54. Estabelecer os protocolos assistenciais, normas e rotinas institucionalizadas para todos os serviços prestados;
  - 6.55. Proceder à atualização de dados junto ao Sistema Nacional de Agravo de Notificação (SINAN) em articulação com o Serviço da Vigilância
  - 6.56. Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Serrinha informando os eventos ou agravos ocorridos de acordo com a programação de envio de dados do Ministério da Saúde;
  - 6.57. Buscar desenvolver metodologia de garantia de qualidade e segurança na assistência a saúde visando à redução de eventos indesejados nos usuários do SUS;
  - 6.58. Constituir legalmente ou mantê-las ativas as Comissões Hospitalares,
  - 6.59. Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), Comissão de Análise de
  - 6.60. Óbitos, Comissão de Revisão de Prontuários, Comissão de Ética Médica (se pertinente), Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA / se pertinente);
  - 6.61. Não efetuar qualquer tipo de cobrança aos usuários no que tange aos serviços cobertos pelo SUS;
  - 6.62. Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados na
  - 6.63. Unidade de Saúde, disponibilizando a qualquer momento à CONTRATANTE e auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários do SUS, que deverão estar em conformidade com as Resoluções dos Conselhos de Classe pertinentes, assim como todos os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados; a evolução contínua de qualidade dos serviços prestados, com base no índice de satisfação do usuário, medido através de instrumentos de pesquisa junto aos usuários, considerando parâmetros estatísticos e probabilísticos.
  - 6.64. Gerenciar, orientar e monitorar o credenciamento e a rede de prestadores de serviços.
  - 6.65. Assegurar que os princípios da igualdade, legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência sejam basilares das ações, normas e protocolos dos serviços.
  - 6.66. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e cláusulas do CONTRATO, aplicando as penalidades previstas quando for o caso.
  - 6.67. Efetuar o pagamento dos serviços prestados na forma e condições ajustadas, com os descontos e recolhimentos previstos em Lei;
  - 6.68. Estabelecer padrões técnicos de qualidade a serem adotados pela rede prestadora, avaliando o seu cumprimento.
  - 6.69. Proceder à verificação de possíveis denúncias de irregularidades referentes à prestação de serviços, as quais devem ser devidamente formalizadas.
  - 6.70. Prestar informações e esclarecimentos acerca dos procedimentos relativos ao credenciamento, quando necessário.
  - 6.71. Fiscalizar o serviço credenciado por intermédio de técnicos de seu quadro e executar mediante comunicado prévio, as fiscalizações que serão feitas no local da realização do tratamento;
  - 6.72. Encaminhar os pacientes através da Central Municipal de Regulação, mediante disponibilização da



agenda prévia.

- 6.73. Autorizar os laudos da APAC (autorização de procedimento de alta complexidade), conforme cronograma de procedimentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de saúde;
- 6.74. Processar no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) a produção relativa aos procedimentos ambulatoriais, ou em outro sistema de informação que venha a ser implementado no âmbito do SUS em substituição ou complementar a estes;
- 6.75. Analisar as justificativas de recusa de realização de procedimentos por partes das unidades prestadora de serviço;
- 6.76. Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos ambulatoriais, com o respectivo desconto na produção apresentada;
- 6.77. Realizar de forma permanente ações e atividades de acompanhamento, apoio e avaliação da assistência prestada;
- 6.78. Realizar a qualquer tempo, auditorias pelo Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias, utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes do Sistema Nacional de Auditoria –SNA/SUS.
- 6.79. Providenciar a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município dentro do prazo previsto no parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO/RECURSOS FINANCEIROS

- 7.1. A Secretaria Municipal de Saúde pagará mensalmente à Pessoa Jurídica, pelos serviços efetivamente prestados, de acordo com as tabelas de preços registrados definidos na tabela I a seguir:

Tabela I

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
20201012	DOSAGEM DE ACIDO URICO	R\$ 1,85
20201020	DOSAGEM EM BILIRRUBINA TOTAL	R\$ 2,01
20201027	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	R\$ 3,51
20201028	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	R\$ 3,51
20201029	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	R\$ 1,85
20201031	DOSAGEM DE CRETININA	R\$ 1,85
20201047	DOSAGEM DE GLICEMIA	R\$ 1,85
20201062	DOSAGEM PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES	R\$ 1,85
20201064	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO -O	R\$ 2,01
20201065	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-P	R\$ 2,01
20201067	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	R\$ 3,51
20201069	DOSAGEM DE UREIA	R\$ 1,85
20202002	CONTAGEM DE PLAQUETES	R\$ 2,73
20202007	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	R\$ 2,73
20202009	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SAGRAMENTO-DUKE	R\$ 2,73
20202014	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	R\$ 2,73
20202015	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOS	R\$ 2,73
20202036	ERITROGRAMA(ERITROCITOS, HEMOGLOBINA)	R\$ 2,73
20202037	HEMATOCRITO	R\$ 1,53
20202038	HEMOGRAMA COMPLETO	R\$ 4,11
20202039	LEUCOGRAMA	R\$ 2,73





20202044	PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	R\$	2,73
20202049	PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	R\$	2,73
20202050	PROVA DO LACO	R\$	2,73
20203007	DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATOIDE	R\$	2,83
20203020	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	R\$	2,83
20203047	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTO	R\$	2,83
20203111	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO	R\$	2,83
20203117	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO SIFLIS EM GESTANTE	R\$	2,83
20204012	PESQUISAS DE OVOS E CISTOS DE PARASI	R\$	1,65
20205001	ANALISE DE CARACTERES FISICOS E ELEM	R\$	3,70
20205011	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	R\$	2,04
20212008	PESQUISA DE FATOR RH (INCUI FRAC)	R\$	1,37

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
20401014	RADIOGRAFIA DE SEIOS DE FACE	R\$ 7,32
20403015	RADIOGRAFIA TORAX (PA PERFIL)	R\$ 9,50
20403017	RADIOGRAFIA DO TORAX ( PA)	R\$ 6,88
20404001	RADIOGRAFIA DE ANTEBRAÇO	R\$ 6,42
20404005	RADIOGRAFIA DO BRACO	R\$ 7,77
20404006	RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	R\$ 7,40
20404007	RADIOGRAFIA DE COTOVELO	R\$ 5,90
20404008	RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MAO	R\$ 5,62
20404009	RADIOGRAFIA DE MÃO	R\$ 6,30
2040411	RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO	R\$ 7,98
20404012	RADIOGRAFIA DE PUNHO( PA+ LATERAL)	R\$ 6,91
20406008	RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TIBIO-TARSICA	R\$ 6,50
20406010	RADIOGRAFIA DE CALCNEO	R\$ 6,50
20406012	RADIOGRAFIA DE JOELHO(PA+LATAERAL)	R\$ 6,78
20406015	RADIOGRAFIA DE PE/DEDOS DO PE	R\$ 6,78
20406016	RADIOGRAFIA DE PERNA	R\$ 8,94

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
20502005	ULTRASSONOGRAMA DO APARELHO URINARIO	R\$ 24,20
20502014	ULTRASSONOGRAMA OBSTETRICA	R\$ 24,20
20502018	ULTRASSONOGRAMA TRANSVAGINAL	R\$ 24,20

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
301010072	CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	R\$ 10,00
301060029	ATENDIMENTO DE URGÊNCIA C/OBSERVAÇÃO	R\$ 12,47
301060061	ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	R\$ 11,00
301100012	ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS NA ATENÇÃO ESPECIELI	R\$ 0,63



PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
401010058	EXCISÃO DE LESÃO E /OU SUTURA DE FERIMENTO DA PELE ANEXOS E	R\$ 23,16
401010074	EXERESE DE TUMOR NA PELE E ANEXOS/CISTO SEBACEO/LIPO	R\$ 12,46
401010104	INCISAO E DRENAGEM DE ABSCESSO	R\$ 11,84
401010112	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO SUBCUTANEO	R\$ 11,84

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
404010270	REMOÇÃO DE CERUME DE CONDUTO AUDITIVO	R\$ 5,63
404010318	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DE OUVIDO/FARINGE/LARI	R\$ 26,42
404010342	TAMPONAMENTO NASAL ANTERIOR E/OU POSTERIOR	R\$ 17,00
404020054	DRENAGEM DE ABSCESSO DA BOCA E ANEXOS	R\$ 14,07
404020097	EXCISAO E SUTURA DE LESAO NA BOCA	R\$ 28,00
404020100	EXCISAO EM CUNHA DE LABIO	R\$ 29,86

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
40602013	EXCISAO E SUTURA DE HEMANGIOMA	R\$ 29,86

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
40905005	LIBERAÇÃO PLASTIA DE PREPUCIO	13,54
40907014	EXERESE DE CISTO VAGINAL	22,62

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
411010018	DESCOLAMENTO MANUAL DE PLACENTA	18,85
411010069	SUTURA DE EPISIORRAFIA POS-PARTO	11,28
411010077	SUTURA DE LACERACOES DE TRAJETO PELVICO	19,79
411020013	CURETAGEM POS-ABORTAMENTO/ PUERPER	19,79

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTO	VALOR DA AIH
407030026	COLECISTECTOMIA	R\$ 695,77
407040064	HERNIOPLASTIA EPISGATRICA	R\$ 559,87
407040102	HERNIOPLASTIA INGUINAL	R\$ 445,51
407040129	HERNIOPLASTIA UMBILICAL	R\$ 434,99
409050083	POSTECTOMIA	R\$ 219,12
409060135	HISTERECTOMIA TOTAL	R\$ 634,03
409060216	OOFORECTOMIA	R\$ 509,86
409060232	SALPINGECTOMIA	R\$ 465,59



409070050	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	R\$	472,43
409070157	EXERESE DE GLANDULA DE BARTHOLIN/SKINE	R\$	224,68

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTO	VALOR DA AIH
303010037	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS BACTERIANAS	R\$ 865,91
303010061	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS INFECCIOSAS E INSTETINAIS	R\$ 324,90
303010126	TRATAMENTO DE INFECCÕES DE TRANSMISSÃO PREDOMINANTEMENTE SEXUAL	R\$ 258,77
303030038	TRATAMENTO DE DIABETES MELLITUS	R\$ 360,80
303030046	TRATAMENTO DE DISTÚRBIOS METABÓLICOS	R\$ 139,42
303060107	TRATAMENTO DE CRISE HIPERTENSIVA	R\$ 189,67
303070072	TRATAMENTO DE DOENÇAS DO FÍGADO	R\$ 416,39
303080078	TRATAMENTO DE ESTREPTOCOCCIAS	R\$ 292,62
303080094	TRATAMENTO DE OUTRAS AFECÇÕES DA PELE E TECIDO SUBCUTÂNEO	R\$ 182,57
303100044	TRATAMENTO DE INTERCORRENCIAS CLÍNICAS NA GRAVIDEZ	R\$ 109,24
303140046	TRATAMENTO DAS DOENÇAS CRÔNICAS DAS VIAS AERÉAS INFERIORES	R\$ 479,19
303140100	TRATAMENTO DE INFECCÕES AGUDAS DAS VIAS AERÉAS SUPERIORES	R\$ 177,07
303140143	TRATAMENTO DE OUTRAS INFECCÕES AGUDAS DAS VIAS AERÉAS SUPERIORES	R\$ 187,13
303150050	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS DO APARELHO URINÁRIO	R\$ 218,68
303160039	TRATAMENTO DE OUTROS TRANSTORNOS ORIGINADOS NO PERÍODO PERINATAL	R\$ 262,54

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTO	VALOR DA AIH
310010039	PARTO NORMAL	R\$ 443,40
411010034	PARTO CESÁRIO	R\$ 545,73
411010013	CURETAGEM POS-ABORTAMENTO PUERPERAL	R\$ 179,62
411020048	TRATAMENTO CIRÚRGICO GRAVIDEZ ECTÓPICA	R\$ 459,18

N.º ORDEM	ESPECIALIDADE	VALOR
1	LABORATÓRIO - RAIOS-X - USG CONSULTAS E PEQUENAS CIRÚRGIAS	R\$ 8.663,40
2	PROCEDIMENTOS CLÍNICOS CIRÚRGICOS	R\$ 5.803,13
3	PROCEDIMENTOS CLÍNICOS MÉDICOS	R\$ 10.334,49
4	PROCEDIMENTOS OBSTÉTRICOS	R\$ 33.982,70



- 7.2. O valor estimado do contrato é de R\$ 607.998,00 (Seiscentos e sete mil, novecentos e noventa e oito reais).
- 7.3. Carta de encaminhamento;
- 7.4. Nota fiscal, devendo conter no corpo da nota, período de medição dos serviços, dados do contrato e licitatórios. A nota fiscal deverá ser atestada pelo Fiscal do Contrato como também por membro da Comissão de Auditoria da Secretaria de Saúde do Município;
- 7.5. Relação de atendimentos prestados dentro do período faturado, em papel timbrado e assinado. A relação de atendimentos deverá ser atestada pelo Fiscal do Contrato como também por membro da Comissão de Auditoria da Secretaria de Saúde do Município;
- 7.6. Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista.
- 7.7. Os recursos serão distribuídos financeiros distribuídos em consonância com as tabelas de grupos e subgrupos das tabelas abaixo relacionadas:

Programação Orçamentária para Hospital	Mensal	Anual
e) Ambulatorial	R\$ 11.404,25	R\$ 36.851,00
f) Hospitalar	R\$ 32.724,16	R\$ 392.689,92
g) Pós- fixado FAEC	R\$ 0,00	R\$ 0,00
h) Pós- fixado Alta Complexidade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total de Média Complexidade	R\$ 44.128,41	R\$ 529.540,92
c) Incentivo adesão a contratualização (IAC)	R\$ 5.341,26	R\$ 256.380,36
d) Incentivo de integração ao SUS (INTEGRASUS)	R\$ 1.197,03	R\$ 57.457,20
<b>ORÇAMENTO GLOBAL DO CONTRATO</b>	<b>R\$ 50.666,50</b>	<b>R\$ 607.998,00</b>

- 7.8. Tabela I – Distribuição dos recursos financeiros referente ao credenciamento de nº 007/2022 para o Hospital Santa Casa de Misericórdia

- 7.9. Tabela II - Detalhamento dos recursos financeiros para o Hospital Santa Casa de Misericórdia por leito /internação

ESPECIALIDADE	AIH MES	AIH ANO
Clinica Cirúrgica	15	180
Obstetrícia Cirúrgica	15	180
Obstetrícia Clínica	26	312
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>672</b>

- 7.10. Tabela III detalhamento dos recursos financeiros para o Hospital Santa Casa de Misericórdia por subgrupos de cirurgias e internações.

SUBGRUPOS	VALOR MÉDIO DE AIH	TETO FÍSICO ANUAL	ORÇAMENTO ANUAL
-----------	--------------------	-------------------	-----------------



0310 – procedimento clínico / parto e nascimento	R\$ 584,36	312	R\$ 182.320,32
0401 – pequenas cirurgias, pele, tecido subcutâneo e mucosa		56	R\$ 32.724,16
0406 – cirurgia do aparelho circulatório		12	R\$ 7.012,32
0407 – cirurgia do aparelho digestivo, órgão anexos e parede abdominal			
0408 – cirurgia do sistema osteomuscular		37	R\$ 21.621,32
0409 – cirurgia do aparelho geniturinário		12	R\$ 7.012,32
0410 – cirurgia de mama		35	R\$ 20.452,60
0411 – cirurgia obstétrica		12	R\$ 7.012,32
0415 – outras cirurgias		180	R\$ 105.184,80
TOTAL		16	R\$ 9.349,16
		672	R\$ 392.689,92

7.11 O Pagamento será realizado, mensalmente, de acordo com os serviços prestados;

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

8.1 As despesas ocorrerão à conta dos recursos previstos no orçamento da Secretaria Municipal da Saúde – SMS:

DOTAÇÃO:	Projeto/Atividade	Elemento de despesa	Fonte de recurso
	2035	33.90.39	15001002
	2039	33.90.39	16000000

#### CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO DO CONTRATO

9.1 A gestão do contrato será feita pela CONTRATANTE, através de fiscal técnico, Robson Azevedo Lopes Silva, designado pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo secretário de Saúde.

9.2 A CONTRATADA fica obrigado a fornecer ao gestor do contrato todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

#### CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

10.1 As Pessoas Jurídicas credenciadas sujeitar-se-ão, quando couber, no caso de cometimento de infrações, inadimplemento de suas obrigações ou descumprir qualquer cláusula contidas no termo referência, às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações legais, quais sejam:

10.2 Advertência, quando ocorrer irregularidades de pequena monta, que não tenham causado dano material ou moral à contratante.

10.3 Multa de até 20% sobre o valor do serviço contratado, quando constatada irregularidade grave na sua execução, quando interrompido o serviço sem comunicação prévia e anuência da SMS.

10.4 Suspensão, nos termos da lei 8.666/93.

10.5 Declaração de inidoneidade, nos casos de comprovada conduta praticada pela Contratada/Conveniada e que venha ser tipificada como crime, sem prejuízo da aplicação da multa, quando for a hipótese.

10.6 As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximira a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



#### **CLÁUSULA DECIMA – ANTICORRUPÇÃO**

- 11.1. O contratado/credenciado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de credenciamento, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas.
- 11.2. “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- 11.3. “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de credenciamento ou de execução de contrato.
- 11.4. “Prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais credenciados, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão credenciador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- 11.5. “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação no processo de credenciamento ou afetar a execução do contrato;
- 11.6. “Prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, na hipótese de financiamento, parcial ou integral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula 10.1 deste contrato; atos cuja intenção seja impedir
- 11.7. Materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 11.8. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
- 11.9. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o contratado, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA**

- 12.1. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência do credenciamento será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, contado da data de sua assinatura.
- 12.2. O contrato poderá ser alterado mediante a celebração de termo aditivo, ressalvado o seu objeto que não pode ser modificado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO**

- 13.1. O contrato poderá ser rescindido pela SMS quando ocorrer o descumprimento de suas cláusulas ou condições, em especial:



- 13.2. Pelo fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pela SMS.
- 13.3. Pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, avaliação e auditoria pelos órgãos competentes da SMS ou do Ministério da Saúde.
- 13.4. Pela não observância dos procedimentos referentes ao sistema de informações em saúde.
- 13.5. Quando descumprir qualquer das obrigações contidas no Contrato.
- 13.6. Por negligência, imprudência, imperícia ou descumprimento das normas estabelecidas pela Secretaria Municipal da Saúde.
- 13.7. Pelo não atendimento dos princípios éticos definidos no Código de Ética Profissional, sem prejuízo das causas previstas nos art. 78 e art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 13.8. Havendo rescisão de contrato, a SMS realocará o serviço prestado para outras Pessoas Jurídicas que tenham sido habilitadas no chamamento, durante a vigência do edital, para substituir ao rescindendo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

- 14.1. Fica definido que as questões omissas serão resolvidas pelo Gestor da Saúde.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

- 15.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município, de conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

- 16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Serrinha, Estado da Bahia, para dirimir questões sobre a execução do presente contrato e seus aditivos que não puderem ser resolvidas de comum acordo entre as partes.

E, por estarem, assim, justo e acordados, os partícipes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, tudo na presença das testemunhas infra-assinadas.

Serrinha, 07 de março de 2023.

**MUNICÍPIO DE SERRINHA - BAHIA**  
Adriano Silva Lima

Alexandre Pires Nobrega Tahim  
Secretário Munc. de Saúde  
Port. nº 07/2021

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Alexandre Pires Nobrega Tahim

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SERRINHA**  
Raimundo Moreira Reis Junior

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_

**EXTRATO (CONTRATO Nº 026/2023)**



Estado da Bahia  
Prefeitura Municipal de Serrinha  
Rua Macário Ferreira, nº 517 – Centro  
Serrinha – Ba. CEP: 48700-000  
CNPJ: 13.845.086/0001-03 | Tel: (75) 321-8500  
[www.serrinha.ba.gov.br](http://www.serrinha.ba.gov.br)

**EXTRATO**

**CONTRATO: 026/2023**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO: 007/2022**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 4.718/2022**

O Prefeito do município de Serrinha, BA, torna pública a contratação:

**CONTRATANTE:** Município de Serrinha - Bahia

**CONTRATADA:** Santa Casa de Misericórdia de Serrinha

**CNPJ:** 16.096.554/0001-74

**OBJETO:** Credenciamento de unidades jurídicas na área de saúde para realizar procedimentos nas especialidades de cirurgia geral, obstétrica clínica e cirúrgica, consultas médicas em atenção especializada, internação hospitalar nas áreas de clínica médica, pediátrica, obstétrica e cirúrgica e alguns exames para apoio diagnóstico terapêutico – SADT, para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS residentes em Serrinha e municípios pactuados, conforme a PPI vigente.

**ASSINATURA:** 07/03/2023

**VIGÊNCIA:** 07/03/2023 até 06/03/2023

**VALOR:** R\$ 607.998,00 (seiscentos e sete mil, novecentos e noventa e oito reais).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Unidade	Projeto/Atividade	Elemento da Despesa	Fonte
6200	2035	33.90.39	15001002
6200	2039	33.90.39	16000000